

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	79
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	82
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	83
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.301.299
Preferenciais	6.301.299
Total	12.602.598
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	3.165.566	3.070.725	3.109.469
1.01	Ativo Circulante	127.893	289.816	411.029
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	45.550	231.268	375.706
1.01.02	Aplicações Financeiras	15.742	8.658	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	15.742	8.658	0
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras vinculadas	15.742	8.658	0
1.01.03	Contas a Receber	42.616	29.677	27.193
1.01.03.01	Clientes	42.616	29.677	27.193
1.01.04	Estoques	9.050	5.318	2.004
1.01.06	Tributos a Recuperar	9.049	4.748	1.152
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9.049	4.748	1.152
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.885	10.147	4.859
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1	0	115
1.01.08.03	Outros	1	0	115
1.02	Ativo Não Circulante	3.037.673	2.780.909	2.698.440
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	443.002	417.817	388.800
1.02.01.04	Contas a Receber	15.705	17.049	19.637
1.02.01.04.02	Depósitos judiciais	15.705	17.049	19.637
1.02.01.07	Tributos Diferidos	427.288	400.759	369.154
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	427.288	400.759	369.154
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	9	9	9
1.02.01.10.01	Ativos Não-Correntes a Venda	9	9	9
1.02.03	Imobilizado	38.722	36.241	6.170
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	38.722	36.241	6.170
1.02.04	Intangível	2.555.949	2.326.851	2.303.470
1.02.04.01	Intangíveis	2.555.949	2.326.851	2.303.470
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.477.233	2.248.802	2.136.475
1.02.04.01.02	Infraestrutura em construção	78.716	78.049	166.995

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	3.165.566	3.070.725	3.109.469
2.01	Passivo Circulante	256.865	240.567	309.309
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.665	8.314	6.289
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	11.665	8.314	6.289
2.01.02	Fornecedores	51.339	46.051	28.287
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.586	5.074	4.292
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	73.415	70.078	256.251
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	129.041
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	129.041
2.01.04.02	Debêntures	73.415	70.078	127.210
2.01.05	Outras Obrigações	16.714	13.291	14.190
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	291	217	262
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	291	217	262
2.01.05.02	Outros	16.423	13.074	13.928
2.01.05.02.04	Obrigações Para Direito da Concessão	1.667	1.377	1.157
2.01.05.02.05	Outros	382	566	74
2.01.05.02.06	Receita acessória antecipada	11.261	8.647	12.697
2.01.05.02.07	Passivo de arrendamento	3.113	2.484	0
2.01.06	Provisões	97.146	97.759	0
2.01.06.02	Outras Provisões	97.146	97.759	0
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	97.146	97.759	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.331.971	1.326.320	1.313.625
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.175.664	1.182.748	1.027.869
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	170.607
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	170.607
2.02.01.02	Debêntures	1.175.664	1.182.748	857.262
2.02.02	Outras Obrigações	2.633	3.973	0
2.02.02.02	Outros	2.633	3.973	0
2.02.02.02.03	Passivo de arrendamento	2.633	3.973	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.04	Provisões	119.496	103.585	248.831
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	104.461	86.072	82.854
2.02.04.02	Outras Provisões	15.035	17.513	165.977
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção	15.035	17.513	165.977
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	34.178	36.014	36.925
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	34.178	36.014	36.925
2.02.06.02.01	Receita Acessória Antecipada	34.178	36.014	36.925
2.03	Patrimônio Líquido	1.576.730	1.503.838	1.486.535
2.03.01	Capital Social Realizado	2.451.400	2.306.400	1.560.500
2.03.02	Reservas de Capital	0	0	660.200
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	660.200
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-874.670	-802.562	-734.165

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	918.919	579.411	464.953
3.01.01	Receita operacional líquida	918.919	579.411	464.953
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-794.431	-422.074	-351.537
3.02.01	Custo dos serviços prestados	-794.431	-422.074	-351.537
3.03	Resultado Bruto	124.488	157.337	113.416
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-65.607	-51.545	-46.151
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-74.912	-52.035	-46.269
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-74.912	-52.035	-46.269
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	9.305	490	118
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	58.881	105.792	67.265
3.06	Resultado Financeiro	-157.519	-205.794	-155.611
3.06.01	Receitas Financeiras	20.372	16.201	4.685
3.06.02	Despesas Financeiras	-177.891	-221.995	-160.296
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-98.638	-100.002	-88.346
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	26.530	31.605	291.439
3.08.02	Diferido	26.530	31.605	291.439
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-72.108	-68.397	203.093
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-72.108	-68.397	203.093
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,006	-0,008	0,03
3.99.01.02	PN	-0,006	-0,008	0,03
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,006	-0,008	0,03
3.99.02.02	PN	-0,006	-0,008	0,03

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-72.108	-68.397	203.093
4.03	Resultado Abrangente do Período	-72.108	-68.397	203.093

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	87.032	99.290	120.181
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	356.825	284.887	208.284
6.01.01.01	Resultado do exercício	-72.108	-68.397	203.093
6.01.01.03	Depreciação e amortização	176.612	132.343	119.478
6.01.01.04	Baixa de imobilizado e intangível	585	520	94
6.01.01.05	Variações monetárias, cambiais e encargos - líquido	169.111	212.488	121.136
6.01.01.08	Provisão para riscos	18.388	3.077	15.967
6.01.01.10	Provisão para manutenção	95.694	28.425	32.735
6.01.01.11	Juros sobre contrato de arrendamento	607	244	0
6.01.01.12	Custo de captação amortizado das debêntures	6.907	7.792	7.220
6.01.01.13	Impostos diferidos	-26.530	-31.605	-291.439
6.01.01.14	Provisão para fornecedores	-12.441	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-269.793	-185.597	-88.103
6.01.02.01	Contas a receber de terceiros	-12.939	-2.484	-4.194
6.01.02.02	Estoques	-3.732	-3.314	99
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-4.301	-3.596	747
6.01.02.05	Adiantamentos	4.262	-5.288	-2.694
6.01.02.06	Partes relacionadas	0	115	405
6.01.02.07	Depósitos judiciais	1.344	2.588	-590
6.01.02.09	Fornecedores	-26.131	-79.042	16.407
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher	1.512	782	172
6.01.02.11	Salários e encargos sociais a recolher	3.351	2.025	-212
6.01.02.13	Receita acessória antecipada	777	-911	-1.434
6.01.02.14	Pagamento de outorga variável	290	220	-57
6.01.02.15	Provisão para manutenção	-98.785	0	0
6.01.02.16	Partes relacionadas	74	-45	4.101
6.01.02.17	Juros pagos sobre passivo de arrendamento	-607	-244	0
6.01.02.18	Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-134.714	-92.600	-101.643
6.01.02.20	Outras obrigações e contas a pagar	-194	-3.803	790

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-370.362	-87.206	-115.037
6.02.01	Aplicações financeiras	-7.084	74.450	-15.596
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-7.122	-31.421	-4.108
6.02.03	Aquisição de intangível	-356.156	-130.235	-95.333
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	97.612	-156.522	348.774
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	0	711.420	10.000
6.03.02	Pagamento de empréstimos e mútuos	-45.051	-953.502	-154.426
6.03.05	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	0	493.200
6.03.07	Aumento de capital	145.000	85.700	0
6.03.08	Pagamento de passivo de arrendamento	-2.337	-140	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-185.718	-144.438	353.918
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	231.268	375.706	21.788
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	45.550	231.268	375.706

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.306.400	0	0	-802.562	0	1.503.838
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.306.400	0	0	-802.562	0	1.503.838
5.04	Transações de Capital com os Sócios	145.000	-145.000	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	145.000	-145.000	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-72.108	0	-72.108
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-72.108	0	-72.108
5.07	Saldos Finais	2.451.400	-145.000	0	-874.670	0	1.431.730

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.560.500	660.200	0	-734.165	0	1.486.535
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.560.500	660.200	0	-734.165	0	1.486.535
5.04	Transações de Capital com os Sócios	745.900	-660.200	0	0	0	85.700
5.04.01	Aumentos de Capital	85.700	0	0	0	0	85.700
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	660.200	-660.200	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-68.397	0	-68.397
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-68.397	0	-68.397
5.07	Saldos Finais	2.306.400	0	0	-802.562	0	1.503.838

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.727.500	0	0	-937.258	0	790.242
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.727.500	0	0	-937.258	0	790.242
5.04	Transações de Capital com os Sócios	493.200	0	0	0	0	493.200
5.04.08	AFAC	493.200	0	0	0	0	493.200
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	203.093	0	203.093
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	203.093	0	203.093
5.07	Saldos Finais	2.220.700	0	0	-734.165	0	1.486.535

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	977.846	620.765	499.993
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	576.404	474.837	404.542
7.01.02	Outras Receitas	401.442	145.928	95.451
7.01.02.01	Receita de Construção	392.137	145.438	95.333
7.01.02.02	Outras	9.305	490	118
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-608.705	-274.202	-222.695
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-216.568	-128.764	-127.362
7.02.04	Outros	-392.137	-145.438	-95.333
7.02.04.01	Custo de construção	-392.137	-145.438	-95.333
7.03	Valor Adicionado Bruto	369.141	346.563	277.298
7.04	Retenções	-176.612	-132.343	-119.478
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-176.612	-132.343	-119.478
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	192.529	214.220	157.820
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	20.372	16.201	4.686
7.06.02	Receitas Financeiras	20.372	16.201	4.686
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	212.901	230.421	162.506
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	212.901	230.421	162.506
7.08.01	Pessoal	56.203	41.544	33.032
7.08.01.01	Remuneração Direta	40.710	31.106	24.909
7.08.01.02	Benefícios	10.540	7.847	6.246
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.748	2.199	1.698
7.08.01.04	Outros	2.205	392	179
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	49.880	30.948	-238.471
7.08.02.01	Federais	4.010	-6.831	-270.745
7.08.02.02	Estaduais	17.287	14.241	12.136
7.08.02.03	Municipais	28.583	23.538	20.138
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	178.926	226.326	164.852
7.08.03.01	Juros	108.513	218.955	156.326
7.08.03.02	Aluguéis	1.035	4.330	4.556

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.03.03	Outras	69.378	3.041	3.970
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-72.108	-68.397	203.093
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-72.108	-68.397	203.093

RELEASE de **RESULTADOS**

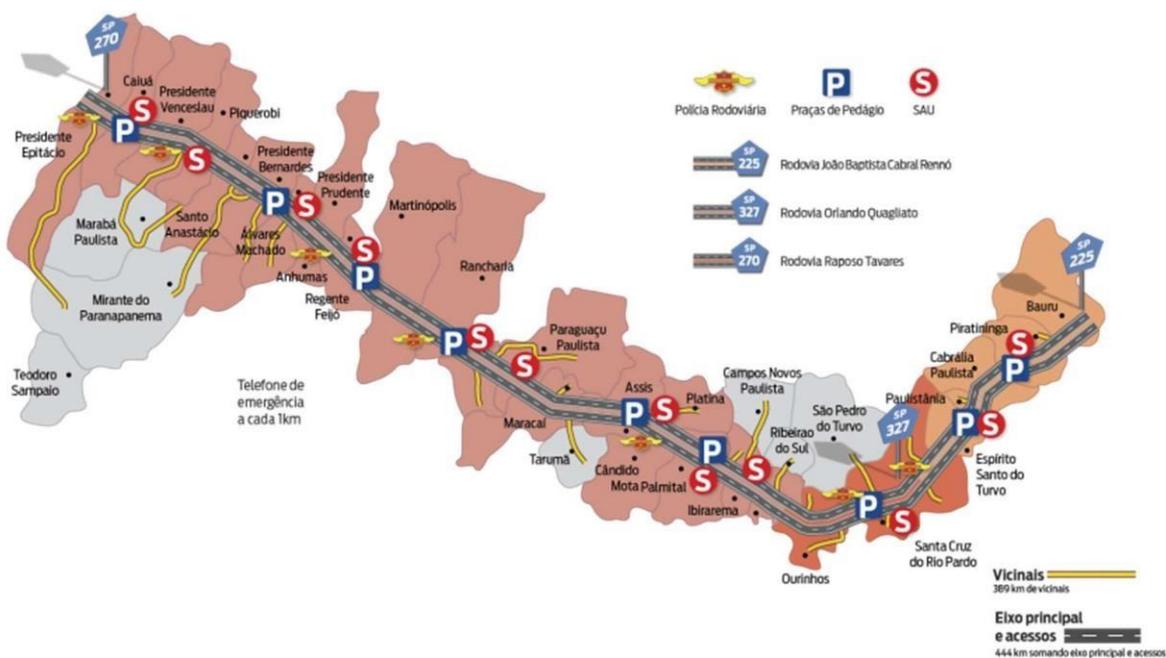
2022

A Companhia

APRESENTAÇÃO DA COMPANHIA

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding II S.A. – IBH II, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do corredor rodoviário denominado Raposo Tavares, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

A CART detém, até 2039, a concessão das rodovias estaduais SP-225 João Baptista Cabral Rennó, SP-327 Orlando Quagliato e SP-270 Raposo Tavares, no total de 834 quilômetros entre Bauru e Presidente Epitácio, no estado de São Paulo.



As rodovias da CART atravessam o território de 34 municípios, com acesso ao início da SP-280 Castelo Branco, conexão com o Mato Grosso do Sul e com o Norte do Paraná, importante para o transporte de cargas entre as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Sobre a IBH II

A IBH II, controlada pelo Patria Infraestrutura III – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, é um dos maiores fundos de investimentos em Infraestrutura do Brasil. O Pátria Investimentos é líder em gestão de ativos alternativos na América Latina, com mais de 30 anos de atuação nas áreas de Private Equity, Infraestrutura, Real Estate e Crédito.

Presente nos principais centros financeiros no mundo, possui 10 escritórios distribuídos nos continentes: americano, europeu e asiático.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2023 chega mais esperançoso e fortalecido para que possamos trabalhar com foco na excelência, na qualidade e na segurança dos nossos colaboradores e clientes. Os últimos anos foram muito desafiadores em todos os aspectos. O Corona Vírus mudou as nossas vidas, mas com o cuidado, o planejamento, a atitude e o apoio de todos, conseguimos superar juntos cada um deles. É assim que queremos seguir a diante, sempre evoluindo e superando todos os desafios, com garra, otimismo, comprometimento para entregar resultados crescentes e sustentáveis para a sociedade, nossos clientes e acionistas.

Destques

AUMENTO DE 5,4% NOS VEPs* DO 4T22 COMPARADO AO 4T21

**VEPs => Veículos equivalentes pagantes*

No 4º trimestre do ano a CART registrou 15,5 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 5,4% na comparação com o mesmo período de 2021. A performance de veículos pesados representa cerca de 70,31% do tráfego e apresentou aumento de 6,1%. Em veículos leves o aumento foi de 3,9% comparado ao 4T21. A variação positiva refere-se ao retorno do tráfego, devido a campanha de vacinação da COVID-19.

AUMENTO DE 18,8% NA RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA* NO 4T22 COMPARADA AO 4T21

** Receita líquida ajustada => Exclui a receita de construção*

O aumento da receita líquida ajustada foi impactado, principalmente, pela recuperação do tráfego na rodovia (conforme explicação no quadro anterior)

AUMENTO DE 36,9% NO EBITDA AJUSTADO DO 4T22 COMPARADO AO 4T21

O aumento no EBITDA ajustado no 4T22 está relacionada a revisão da metodologia aplicada para a provisão de manutenção.

REDUÇÃO DE 34,4% NO RESULTADO FINANCEIRO DO 4T22 COMPARADO AO 4T21

O resultado financeiro do 4T22 melhorou em 34,4%. Esta melhora está relacionada a queda nos índices macroeconômicos do período, bem como a diminuição do saldo de endividamento, quando comparado com o 4T21.

O RESULTADO ANTES DO IMPOSTO NO 4T22 FICOU NEGATIVO EM R\$ 59,2 MILHÕES

Em comparação com o 4T21, o resultado antes do imposto piorou em 160,72%, conforme evidenciado nos quadros anteriores.

PESSOAS, SAÚDE E SEGURANÇA

A pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus mudou nossas vidas de uma forma nunca imaginada. Afetou nossas famílias, a economia, a comunidade e nosso estilo de vida.

Desta forma, alguns processos internos da CART precisaram ser reestruturados para garantir a proteção dos nossos colaboradores e, conseqüentemente, seus familiares, usuários e toda a sociedade. E esta passou a ser nossa prioridade.

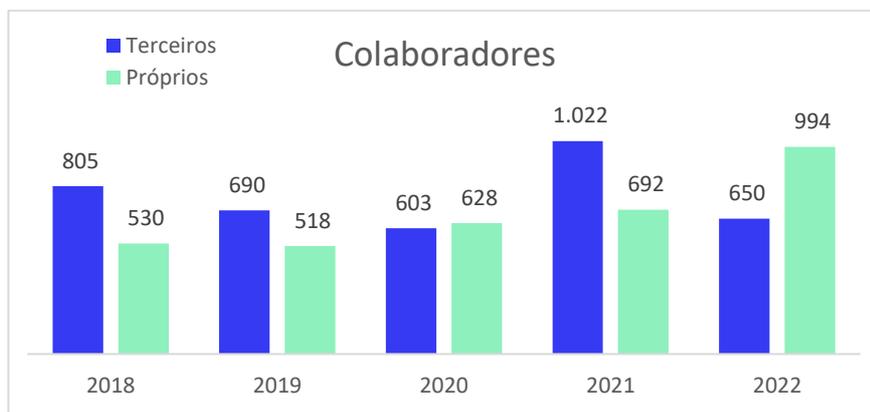
Neste sentido, e visando o cumprimento das guidelines fornecidas pelas autoridades nacionais e internacionais, a CART disponibilizou a todos os colaboradores kits preventivos para combate à covid, contendo álcool em gel, máscaras, material informativo, flanela para limpeza de mesas, frasco para spray de álcool e squeezes individuais. Passou a adotar a modalidade de teletrabalho para algumas categorias, sem impactar qualquer execução dos serviços prestados. Para as atividades que continuaram na modalidade presencial, foi criada medidas de proteção específicas, tais como disponibilização de EPIs próprios e produtos de desinfecção. Diversas campanhas educativas foram veiculadas nos canais de comunicação internos, com informações atualizadas, medidas de distanciamento social em contexto de trabalho. Foi criado também, um comitê interno de enfrentamento à Covid-19, formado pela equipe gerencial da concessionária representantes dos setores de recursos humanos, segurança do trabalho e diretoria, que avalia cada processo do plano operacional com o objetivo de assegurar que todos os colaboradores estejam protegidos.

Desta forma, a CART encontra-se totalmente empenhada em proteger os seus colaboradores e em manter a excelência na entrega de serviços aos seus usuários.

Abaixo são apresentados alguns indicadores de pessoas, saúde e segurança da Companhia nos últimos anos:

Quadro de Colaboradores

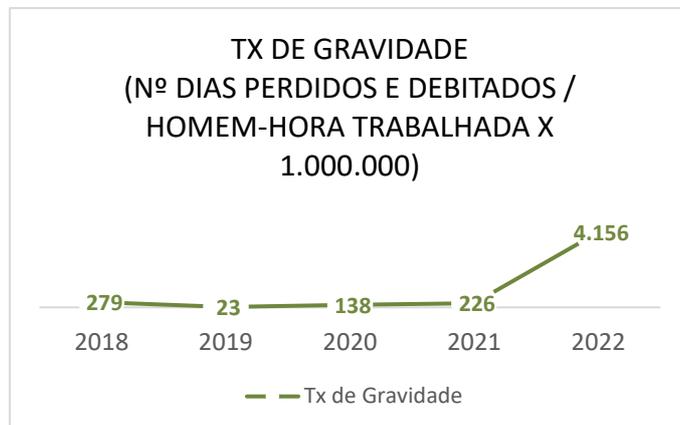
O aumento no quadro de colaboradores próprios no ano de 2022 deve-se a internalização de algumas atividades antes contratada. Já para os Terceirizados referem-se a contratações voltadas aos investimentos que estão sendo realizados pela Concessionária.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

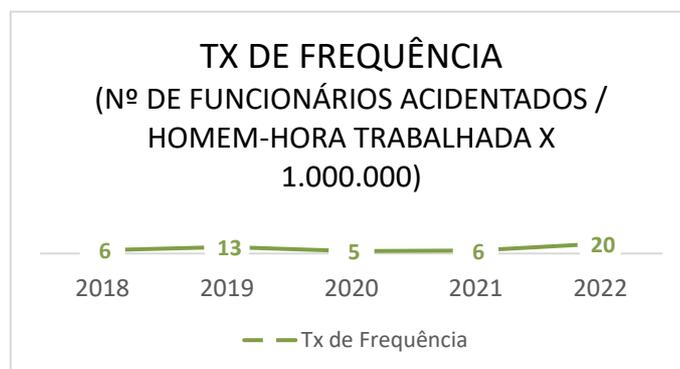
Taxa de Gravidade

Com o retorno das atividades antes remotas e a internalização de atividades de Conservação antes terceirizadas, como limpezas e áreas pavimentadas, sinalização vertical, elementos de proteção e segurança, entre outras foi percebido um aumento significativo. A Companhia mantém campanhas constantes de conscientização, afim de reduzir as ocorrências e programas específicos de segurança.



Taxa de Frequência

O aumento na taxa de frequência no ano de 2022 está relacionada ao retorno das atividades antes remotas. A Companhia mantém campanhas constantes de conscientização, afim de reduzir as ocorrências.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ÉTICA E COMPLIANCE

No segundo semestre de 2022, foi realizado treinamento presencial de compliance aos colaboradores da Companhia, contando com palestras e atividades lúdicas acerca do tema. Tal treinamento teve como foco a divulgação da versão atualizada do Código de Ética da Companhia, bem como o esclarecimento dos normativos e processos contidos nesta nova versão. Foi realizada ainda a massiva divulgação do Canal de Ética, destacando a importância da transparência nas relações cotidianas internas e externas.

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Programa CART pela Vida

O Programa nasceu em dezembro de 2020 com o objetivo de promover ações de prevenção e redução de acidentes. As ações contam com atividades de conscientização e sobre direção segura, saúde, bem-estar e assuntos socioambientais. Elas são desenvolvidas em empresas, espaços públicos, postos de serviços e outros locais parceiros, em 2022 ao todo o CART pela Vida realizou 109 ações com 7.305 pessoas que passaram pelas ações de conscientizações.

Programa Educando Caminhos

Destinado aos estudantes e professores, implantamos o Programa Educando Caminhos. Com palestras e atividades pedagógicas, ele tem como objetivo a conscientização voltada a cidadania, educação para o trânsito e sustentabilidade, o programa contou com 897 participantes em 2022.

Programa Turismo da Gente

Baseado nos 17 ODSs (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da ONU, o programa Turismo da Gente traz na sua essência o conceito de rodovia inclusiva, onde os atrativos turísticos, bem como o potencial de cada município da área de abrangência da CART poderão ser explorados e desenvolvidos, à medida que absorvam o turismo como atividade econômica. O principal objetivo do Turismo da Gente é apoiar o desenvolvimento do setor na região, a partir da conscientização para capacitação de profissionais e divulgações de atrativos que ocorreu na rede social @turismodagente e no site turismodagente.com.br. Em 2022 realizamos 02 Fóruns de Turismo com 31 cidades do eixo de Concessão, totalizando a participação de 67 pessoas, que teve como foco fomentar o tema na região, trazendo a importância para a economia regional.

Incentivo ao Esporte Armador

O município de Bauru permite o repasse de parte do ISS – 5% (cinco por cento) -, devido ao Município à pessoa física ou jurídica cuja natureza seja esportiva e não tenha fins lucrativos – Lei Municipal n. 3.791/94.

Diante de tal previsão, a CART optou por destinar referido montante à Associação Nova Era de Tênis de Mesa de Bauru, entidade referência no ensino e treinamento do tênis de mesa, cuja equipe foi eleita a melhor no Estado de São Paulo e a segunda no Brasil. Além deste reconhecimento, a entidade conta com 5 entre os 20 melhores atletas do mundo em suas respectivas categorias.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

MEIO AMBIENTE

Sempre vigilante às questões ambientais, a CART monitora e avalia constantemente os impactos de seus negócios ao meio ambiente. Os indicadores ambientais são monitorados mensalmente no sistema Quattrus (Indicadores de Controle e Gestão) e acompanhados pela Alta Direção através de reuniões de resultados, com o objetivo de identificar desvios, planejar ações, compartilhar boas práticas e garantir a melhoria nos processos.

Dentre algumas iniciativas voltadas para o meio ambiente desenvolvidas ao longo de 2022, destacam-se:

Programa de Proteção à Fauna

Programa pioneiro no Brasil que consiste na implantação de estruturas de travessia (passagens de fauna e telamento, para condução segura dos animais) e de ações para redução de atropelamentos e melhoria da segurança. Foram implantadas mais de 120 passagens de Fauna nas rodovias da CART (Eng. João Batista Cabral Rennó – SP 225, Orlando Quagliato – SP 327 e Raposo Tavares – SP 270). Verificou-se recuo no número de animais avistados sobre a rodovia, representando mais segurança aos motoristas e a própria fauna. As ações do Programa de Proteção à Fauna buscam não só reduzir o número de ocorrências envolvendo animais, mas também mitigar o efeito barreira ocasionado pela rodovia, evitando o isolamento de populações por meio do aumento da conectividade com a formação de corredores ecológicos, o que gera a manutenção de populações e ganhos à diversidade faunística.

Projeto de Reflorestamento

A CART possui atualmente 458 hectares de áreas de reflorestamento em andamento, totalizando 763.536 árvores de espécies nativas. Em 2022 foram plantadas 71.731 mudas de árvores (43 hectares). Os reflorestamentos possuem extrema importância ambiental e social, na preservação dos cursos d'água, melhoria na qualidade do ar e habitat para a fauna silvestre.

Dentre os projetos em andamento na CART, destacam -se:

Projeto de Reflorestamento – Zona de Amortecimento ESEC – Mico-Leão-Preto

Projeto que contempla o plantio de árvores nativas em 257 hectares (428.419 árvores) em áreas de Reservas Legal e Áreas de Preservação Permanente no Assentamento Santa Maria II, administrado pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), no município de Marabá Paulista/SP, tendo como premissa promover a recomposição florestal do local.

Este projeto está contemplado no Plano de Manejo da Estação Ecológica Mico-Leão-Preto, mais especificamente em sua Zona de Amortecimento, definida como Área Estratégica Externa prioritária de conectividade.

Projeto Corredores de Vida: Resgate da Biodiversidade e Geração de Renda no Pontal do Paranapanema, SP

O projeto contempla o plantio de mudas de árvores nativas em 50,00 hectares (83.350 árvores) em áreas de Reservas Legal e Áreas de Preservação Permanente em propriedade localizada no entorno da Estação Ecológica Mico Leão Preto. Essa área, quando reflorestada, contribuirá para a consolidação de um dos maiores corredores ecológicos já implantados na Mata Atlântica do Interior, interligando as duas maiores unidades de conservação desse bioma, o Parque Estadual Morro do Diabo (PEMD) e a Estação Ecológica do Mico Leão Preto (ESECMLP).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Sistema de Reuso de Água

A Concessionária desenvolve projetos ambientais de recuperação de áreas de preservação. Esse restauro da vegetação, efetivamente, resulta na formação de corredores verdes que cumprem a tarefa de preservar nascentes e mananciais indispensáveis ao abastecimento de municípios.

Além de projetos voltados a preservação de nascentes e mananciais, a CART deu outro importante passo no combate à escassez dos recursos hídricos: a adoção de sistema de reuso de água com tecnologia inédita no Brasil.

Os objetivos principais do sistema de reuso são: (i) reduzir a utilização de recursos hídricos pela Concessionária; (ii) mitigar riscos ambientais; (iii) conscientizar colaboradores, usuários e comunidades locais quanto a escassez do recurso, necessidade preservação e uso racional da água, além de incentivo e valorização de práticas sustentáveis.

A estação de tratamento implantada na base de Serviço de Atendimento ao Usuário 1 (SAU1) foi a pioneira na CART, e está em funcionamento desde abril de 2021.

Dois novos sistemas foram instalados em 2022, sendo um na base de Serviço de Atendimento ao Usuário 3 (SAU 3), e outro na Praça de Pedágio 3.

Ao todo, os três sistemas em funcionamento na CART têm a capacidade de atender às necessidades básicas de consumo e higiene de mais de 20 famílias todos os dias.

Para 2023, está prevista a implantação de mais um sistema. A unidade contemplada será o Serviço de Atendimento ao Usuário 4 (SAU 4).

A cada passo no sentido de expansão da solução, a CART estará cada vez menos exposta às crises hídricas, assim como reduzindo cada vez mais os seus impactos no meio ambiente.

Projeto Energia Limpa – Geração de Energia Solar

Entre os principais desafios no mundo, as medidas de redução do impacto climático no planeta estão nos planos de sistemas rodoviários no interior de São Paulo. As soluções em energia limpa para a autossuficiência de operações, de Bauru a Presidente Epitácio, seguem em ampliação pela CART, em alinhamento com os objetivos sustentáveis da ONU.

Concluídas no final de 2022, as estações de energia solar são responsáveis por abastecer equipamentos que compõem a infraestrutura operacional da CART, como painéis de mensagens, câmeras de monitoramento e torres de transmissão, além das bases do Serviço de Atendimento ao Usuário espalhadas pela Concessão.

O Projeto foi viabilizado a partir da instalação de 1.060 placas fotovoltaicas e 20 inversores, capazes de gerar até 70.000 kWh/mês, o que equivale ao consumo médio de 450 residências.

A quantidade de CO² que anualmente deixará de ser liberada na atmosfera em decorrência do Projeto Energia Limpa, é equivalente ao sequestro de carbono realizado por aproximadamente 264 árvores nos seus primeiros 20 anos de idade.

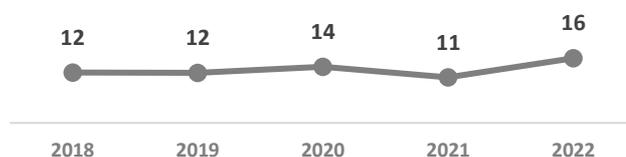
Abaixo são apresentados alguns indicadores ambientais da Companhia nos últimos anos:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Consumo de Água

O aumento do consumo em 2022 está relacionado a internalização de atividades de Conservação antes terceirizadas, como limpezas e áreas pavimentadas, sinalização vertical, elementos de proteção e segurança, entre outras, além do significativo incremento de pessoal e novas unidades consumidoras (3 bases).

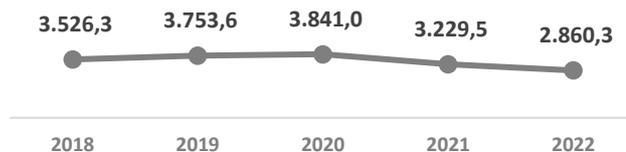
Consumo de Água (1.000 m³)



Consumo de Energia

Iniciativas voltas à redução do consumo refletiram numa redução significativa em 2022.

Consumo de Energia Elétrica (MWH)



Consumo de Combustível

O aumento no consumo de combustível é reflexo de internalizações de atividades antes terceirizadas, com aumento significativo na frota operacional da CART.

Consumo de Combustível (1.000 litros)



Emissões de GEE (Escopo 1 e 2)

O aumento no volume de emissões de GEE em 2022 está relacionado as atividades primarizadas pela Companhia, com maior número de equipamentos movidos a combustíveis fósseis.

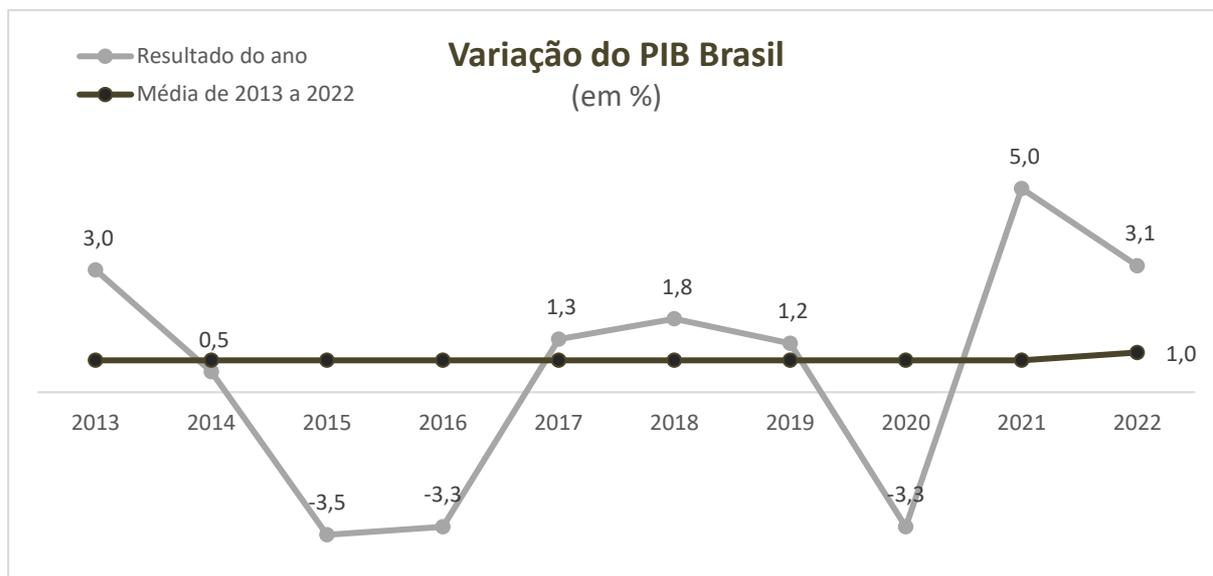
Emissão de GEE Escopos 1 e 2 (tCO₂e)



Resultados

CONTEXTO ECONÔMICO

O resultado do PIB previsto para 2022 continua com em uma crescente indicando uma retomada no crescimento iniciado em 2017 e interrompido em 2020 por conta da pandemia do Corona Virús, conforme gráfico abaixo:



Na tabela abaixo estão os principais índices e indicadores de atividade, inflação e juros que auxiliarão no entendimento dos resultados operacionais e financeiros da Companhia, apresentados nos capítulos a seguir.

Inflação e Juros	4T22	4T21	p
IPCA Últimos 12 meses	5,79%	10,06%	-4,3 pp
CDI Final do Período	1,12%	0,77%	0,4 pp
CDI Acumulado Últimos 12 meses	12,43%	4,42%	8,0 pp
TJLP Final Período	7,20%	5,32%	1,9 pp
TJLP Média Últimos 12 meses	6,78%	4,80%	2,0 pp

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RESULTADO OPERACIONAL

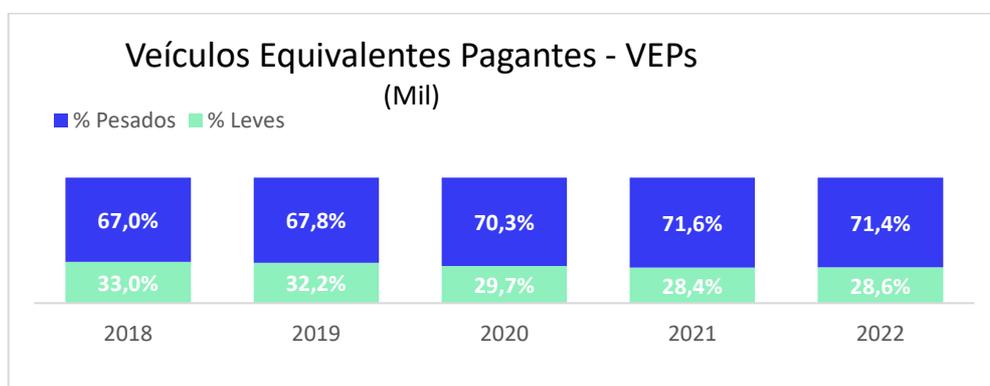
Cenário CART

Desempenho Operacional (Mil)	4T22	4T21		2022	2021	
VEPs¹	15.558	14.759	▲	59.295	53.510	▲
Veículos Leves	4.618	4.446	3,9%	16.987	15.209	11,7%
Veículos Pesados	10.939	10.313	6,1%	42.308	38.301	10,5%
Tráfego²	7.194	6.918	4,0%	27.048	24.426	10,7%
Veículos Leves	4.667	4.496	3,8%	17.175	15.425	11,3%
Veículos Pesados	2.396	2.308	3,8%	9.351	8.554	9,3%
Veículos Isentos	131	115	14,1%	522	447	16,9%
Tarifa Média (R\$)	9,84	8,81	11,7%	9,18	8,53	7,6%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

² Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

A CART registrou 59,2 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs em 2022, um aumento de 10,8% em relação ao ano anterior. No 4T22, as nove praças de pedágio da CART registraram 15,5 milhões de VEPs, um crescimento de 5,4% em relação ao mesmo período de 2021.



A proporção de VEPs pesados, fator de menor representatividade no perfil de tráfego na rodovia, foi menor em 2022 comparado a 2021.

Cenário Brasil

Variação no transporte de Veículos Dessazonalizado ^{1,2}	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no ano (Jan-Dez/22 sobre Jan/Dez/21): Brasil	7,88%	1,90%	6,32%
Acumulado do 4º trimestre (Out-Dez/22 sobre Out/Dez/21): Brasil	2,30%	0,18%	1,83%

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers

² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: <http://www.abcr.org.br>

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria para as rodovias sob o regime de concessão privada, apontam uma retomada no tráfego em 2022, como demonstrado no gráfico a seguir:



A retomada foi mais forte nos meses de março e abril. No acumulado do ano o aumento no tráfego foi de 5,4%, sendo 7,88% para os veículos leves e 1,9% para os veículos pesados.

RESULTADOS FINANCEIROS

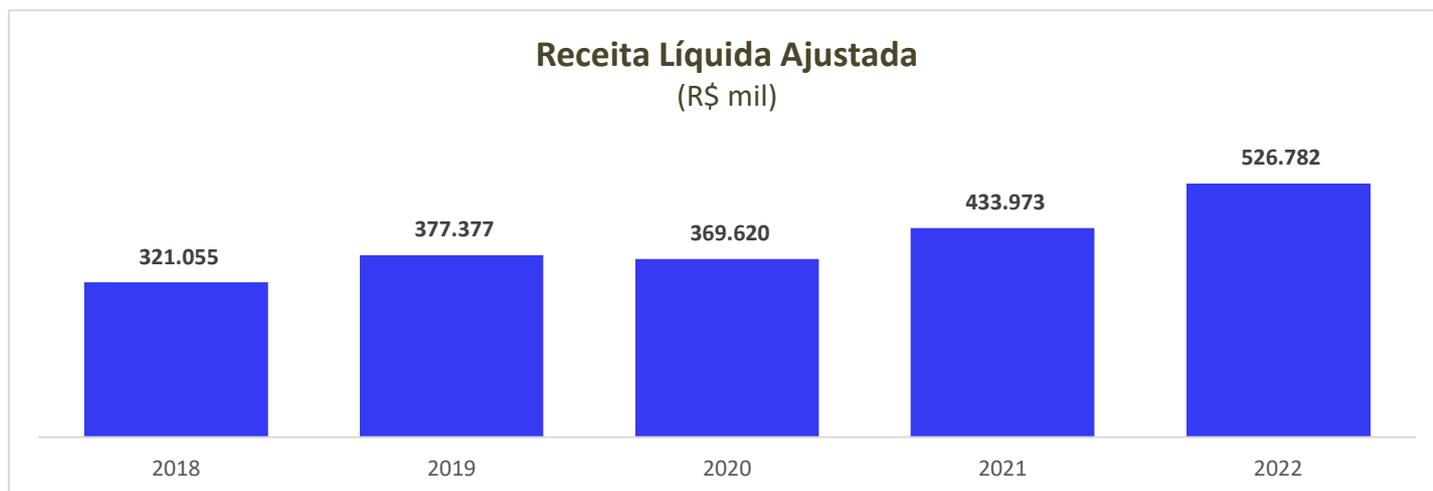
Receitas

Receita Operacional (R\$ mil)	4T22	4T21		2022	2021	
Receita						
Receitas com Pedágio	153.173	130.213	17,6%	555.113	456.844	21,5%
Receitas Acessórias	7.051	4.642	51,9%	21.290	17.993	18,3%
Receita Bruta	160.223	134.855	18,8%	576.403	474.837	21,4%
Deduções da Receita Bruta	(13.794)	(11.596)	18,9%	(49.621)	(40.864)	21,4%
Receita de Construção (IFRS)	64.437	(5.832)	1004,9%	392.137	145.438	169,6%
Receita Líquida Ajustada¹	146.430	123.259	18,8%	526.782	433.973	21,4%

A receita líquida ajustada totalizou R\$ 555,1 milhões no ano de 2022, um aumento de 21,5% quando comparada com 2021. No 4T22 o aumento foi de 17,6% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. Esta melhora na receita líquida ajustada é explicada pela retomada no tráfego da rodovia, combinada com a atualização contratual anual das tarifas de pedágio.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O gráfico abaixo demonstrará a evolução da receita líquida ajustada nos últimos 5 anos:



Custos e despesas

Custos e Despesas (R\$ mil)	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Pessoal	(17.386)	(12.000)	44,9%	(65.705)	(48.992)	34,1%
Conservação & Manutenção	(6.333)	(10.439)	-39,3%	(22.053)	(35.218)	-37,4%
Operacionais	(7.187)	(6.194)	16,0%	(24.594)	(21.716)	13,3%
Despesas Administrativas	(5.636)	(6.537)	-13,8%	(38.331)	(15.666)	144,7%
Serviços terceiros contratados	(7.468)	(6.963)	7,3%	(28.185)	(25.367)	11,1%
Custos & Despesas Administráveis	(44.010)	(42.133)	4,5%	(178.868)	(146.959)	21,7%
Outorga Variável	(4.806)	(4.041)	18,9%	(17.287)	(14.241)	21,5%
Depreciação & Amortização	(50.772)	(34.284)	48,1%	(176.612)	(132.343)	33,4%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados¹	(99.588)	(80.458)	23,8%	(372.766)	(293.543)	27,0%
Custo de Construção (IFRS)	(64.437)	5.832	-1204,9%	(392.137)	(145.438)	169,6%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(77.983)	(10.575)	637,4%	(104.440)	(35.126)	197,3%
Custos & Despesas Operacionais	(242.008)	(85.201)	184,0%	(869.344)	(474.107)	83,4%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

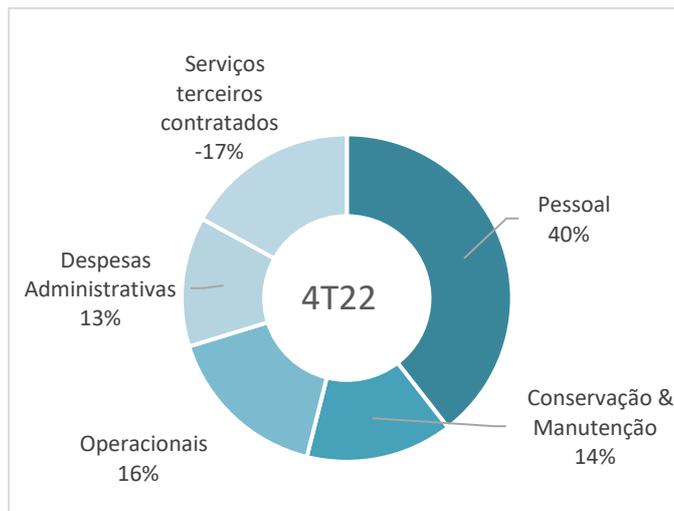
No ano de 2022 os custos e despesas administráveis totalizaram R\$ 178,8 milhões, um aumento de 22,1% quando comparado com o ano de 2021. No 4T22 o aumento foi de 4,5% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

O aumento na rubrica de custos de pessoal se deu em função da reestruturação de atividades decorrentes da internalização de serviços antes terceirizados, mesmo motivo pelos quais ocorreram variações nos agrupamentos de conservação e manutenção. Os custos operacionais aumentaram em decorrência da retomada do tráfego na rodovia. O aumento na rubrica de Despesas Administrativas tem o principal reflexo de passivos regularizados junto ao poder concedente. Em custos de construção, a variação frente ao período anterior reflete as diferentes fases do cronograma de investimentos da concessão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Composição dos custos e despesas administráveis

O gráfico ao lado demonstra a representatividade dos custos e despesas administráveis por agrupamento.



EBITDA e margem EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	4T22	4T21		2022	2021	
Lucro ou Prejuízo Líquido	(40.598)	(19.227)	▲	(72.108)	(68.397)	▲
Resultado Financeiro Líquido	36.067	54.961		157.519	205.794	
IRPJ & CSLL	(18.678)	(3.508)		(26.530)	(31.605)	
Depreciação e Amortização	50.772	34.285		176.612	132.343	
EBITDA ICVM 527	27.563	66.511		235.492	238.135	
Margem EBITDA	-4,9%	51,5%	-56,5 pp	32,6%	38,4%	-5,8 pp
Provisão de Manutenção (IFRS)	77.983	10.575		104.440	35.126	
EBITDA Ajustado¹	105.547	77.086	▲	339.932	273.261	▲
Margem EBITDA Ajustada¹	72,1%	62,5%	▲	64,5%	63,0%	▲

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo e Construção e a Provisão para Manutenção

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 339,9 milhões no ano de 2022, um aumento de 24,4% quando comparado com o ano de 2021, já a margem EBITDA atingiu 64,5%. No 4T22 o aumento foi de 36,9% e a margem EBITDA atingida foi de 62,5%. A melhora está relacionada a recuperação do tráfego em nossas rodovias.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	4T22	4T21		2022	2021	
Resultado Financeiro	(36.067)	(54.961)	▲	(157.519)	(205.794)	▲
Receitas Financeiras	5.167	5.911		20.372	16.201	
Juros sobre aplicações financeiras	4.608	5.836		18.999	15.411	
Outros	558	75		1.373	790	
Despesas Financeiras	(41.233)	(60.872)		(177.891)	(221.995)	
Comissões e despesas bancárias	194	(201)		777	(686)	
Juros sobre empréstimo e financiamentos	-	3.145		-	(26.987)	
Variação monetária passiva	(16.265)	(46.996)		(77.160)	(117.548)	
Juros sobre debêntures	(22.778)	(14.282)		(91.951)	(67.953)	
Outros	(2.384)	(2.538)		(9.557)	(8.821)	

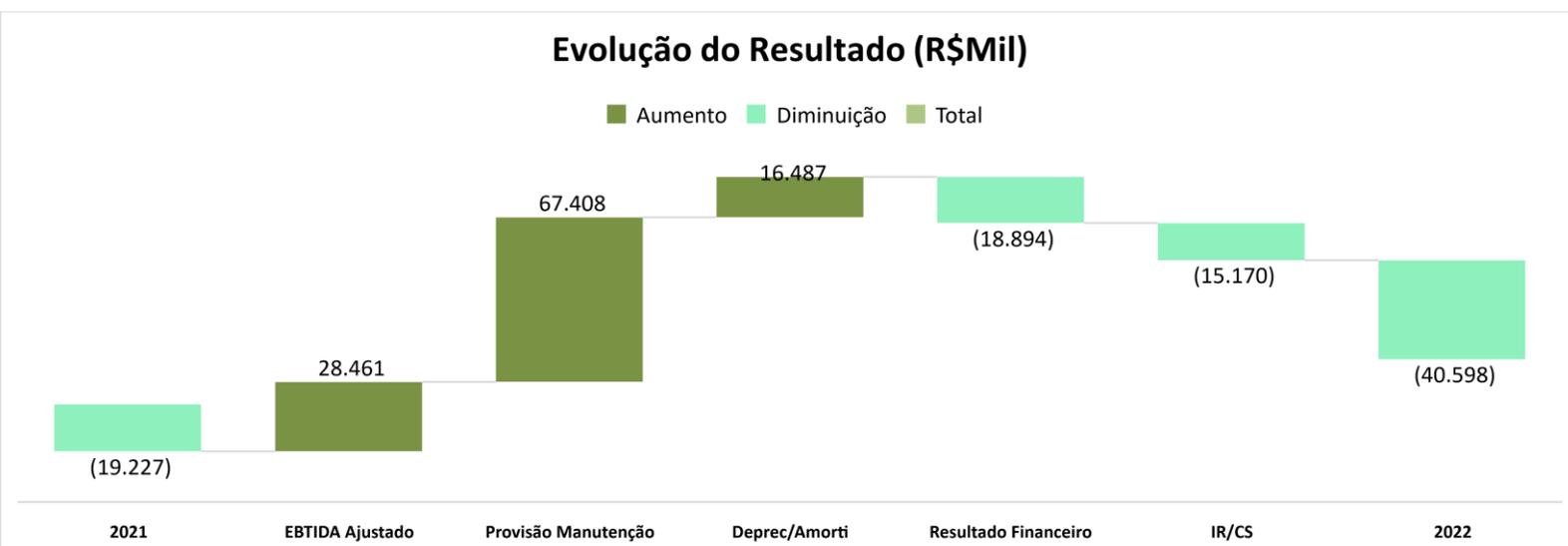
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No exercício de 2022 o resultado financeiro da Companhia totalizou R\$ 157,5 milhões, uma redução de 23,5% quando comparado ao ano de 2021. O principal motivo está relacionado as dívidas indexadas pelo IPCA, cujo índice apresentou um redução significativo no ano de 2022.

Resultado do Exercício

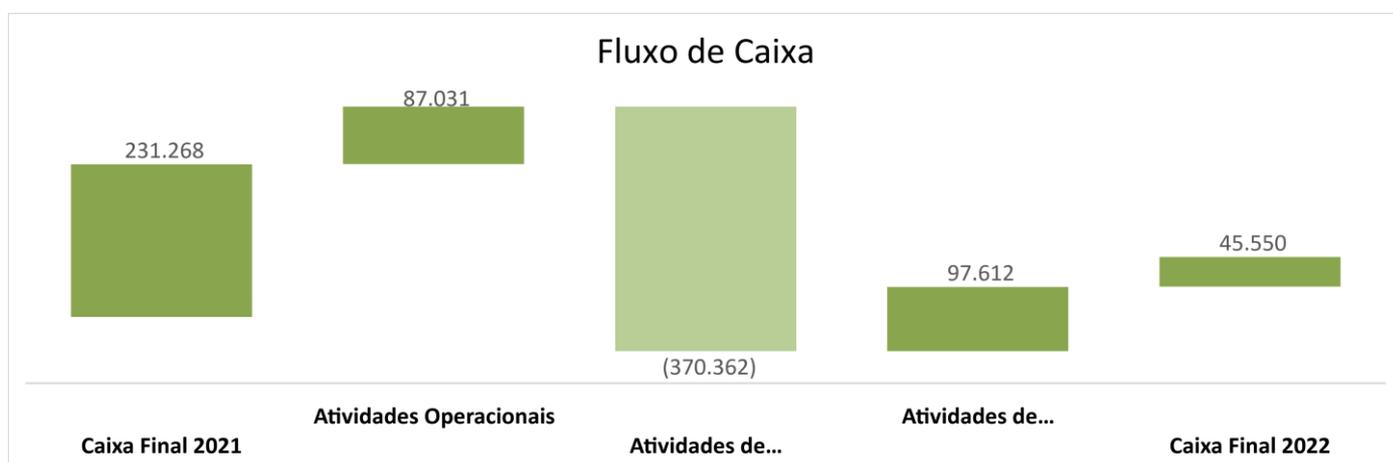
Resultado Líquido (R\$ mil)	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Lucro/Prejuízo do Exercício	(40.598)	(19.227)	111,1%	(72.108)	(68.397)	5,4%

O resultado de 2022 foi de Prejuízo Líquido de R\$ 72,1 milhões, uma piora quando comparado a 2021. Está piora está relacionada a revisão da metodologia da provisão de manutenção prevista para consumo completo no primeiro semestre deste ano, como demonstrado no gráfico abaixo:



FLUXO DE CAIXA

O saldo final de caixa da Companhia reduziu em 2022, com R\$ 45,5 milhões, devido aos investimentos previstos realizados como demonstrado no gráfico abaixo:



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**ENDIVIDAMENTO**

Disponibilidade e Endividamento (R\$)	2022	2021	
Dívida Bruta	(1.249.079)	(1.252.826)	-0,30%
Curto Prazo	(73.415)	(70.078)	4,76%
Empréstimos e Financiamentos			
Debêntures	(73.415)	(70.078)	4,76%
Longo Prazo	(1.175.664)	(1.182.748)	-0,60%
Empréstimos e Financiamentos			
Debêntures	(1.175.664)	(1.182.748)	-0,60%
Disponibilidades	61.292	239.926	-74,45%
Caixa e equivalentes de caixa	45.550	231.268	-80,30%
Aplicações Financeiras Vinculadas	15.742	8.658	81,83%
Dívida Líquida Ajustada	(1.187.787)	(1.012.900)	17,27%

No exercício de 2022, a Companhia apresentou uma dívida líquida de R\$ 1.187 milhões, um aumento de 17,27% em relação ao ano de 2021. Esse aumento ocorreu pela diminuição da disponibilidade em relação ao ano anterior.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ mil)	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Investimento Total	(81.661)	39.617	-306,13%	245.507	185.749	32,17%
Imobilizado	607	21.937	-97,23%	12.418	33.497	-62,93%
Intangível	(82.268)	17.680	-565,32%	233.089	152.252	53,09%
Direito de Concessão (Investimento)	(82.268)	17.680	-565,32%	233.089	152.252	53,09%

No ano de 2022 foram investidos R\$ 245,5 milhões destinados principalmente, às revitalizações viárias previstas no plano de concessão junto ao poder concedente, além dos equipamentos destinados as atividades primarizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

PERSPECTIVAS E PLANOS

A CART seguirá direcionada para a excelência na gestão de suas rodovias, que são relevantes para a fluidez do transporte de cargas entre os estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, com qualidade e segurança para os usuários. Investimentos importantes foram concluídos nos últimos anos, como a duplicação de trechos, conclusão de alças de acesso e retorno, viadutos e passarelas.

Além disso, programas como: ESG (sigla em inglês para ambiente, social e governança corporativa), um conjunto de políticas voltadas à sustentabilidade e o INOVACART, um programa voltado à inovação, foram consolidados e aprimorados.

Por fim, a Companhia segue atenta aos acontecimentos do setor em que atua e tomando as medidas necessárias para enfrentar o atual momento.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2022: auditoria das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); e revisão das informações financeiras anuais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e serviços de auditoria para abertura de capital.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

As informações contábeis aqui apresentadas no Relatório da Administração estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA (INSTRUÇÃO CVM 480)

Em atendimento ao disposto no inciso II do §1º do artigo 29 e nos incisos V e VI do §1º do artigo 25, ambos da Instrução CVM nº 480/09, pelo presente instrumento, os diretores da Concessionária Raposo Tavares S.A. (“Companhia”) abaixo designados declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Bauru, 07 de março de 2023.

Diretor de Relações com Investidores

Gilson Carvalho

ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	4T22	4T21		2022	2021	
Receita operacional líquida	210.867	117.427	79,57%	918.919	579.411	58,60%
Custo dos serviços prestados	(227.800)	(69.280)	228,81%	(794.431)	(422.074)	88,22%
LUCRO BRUTO	- 16.933	48.147	-135,17%	124.488	157.337	-20,88%
Gerais e administrativas	(14.208)	(16.288)	-12,77%	(74.913)	(52.035)	43,97%
Outras receitas operacionais, líquidas	7.933	367	2061,47%	9.305	490	1799,05%
RESULTADO OPERACIONAL	- 23.209	32.226	-172,02%	58.880	105.792	-44,34%
Receitas financeiras	5.166	5.911	-12,60%	20.372	16.201	25,74%
Despesas financeiras	(41.233)	(60.872)	-32,26%	(177.891)	(221.995)	-19,87%
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL	(59.275)	(22.735)	160,72%	(98.638)	(100.002)	-1,36%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.678	3.508	432,43%	26.530	31.605	-16,06%
LUCRO DO PERÍODO	(40.598)	(19.227)	111,15%	(72.108)	(68.397)	5,43%

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (R\$ Mil)	31/12/2022	31/12/2021	Passivo (R\$ Mil)	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	45.550	231.268	Fornecedores	51.339	46.051
Aplicação Financeira Vinculada	15.742	8.658	Debêntures	73.415	70.078
Contas a receber	42.616	29.677	Tributos a recolher	6.586	5.074
Estoques	9.050	5.318	Obrigações com empregados e administradores	11.665	8.314
Tributos a recuperar	9.049	4.748	Credor pela Concessão	1.667	1.377
Adiantamentos a fornecedores	5.885	10.147	Partes relacionadas	291	217
Total do Circulante	127.892	289.816	Receita Acessória Antecipada	11.261	8.647
Ativo não Circulante			Passivo de arrendamento	3.113	2.484
Impostos diferidos ativos	427.288	400.759	Provisão para manutenção	97.146	97.759
Depósitos judiciais	15.705	17.049	Outros	382	566
Outros	9	9	Total do Circulante	256.866	240.567
Imobilizado	38.722	36.241	Passivo Não Circulante		
Infraestrutura em andamento	78.716	78.049	Passivo de arrendamento	2.633	3.973
Intangível	2.477.233	2.248.802	Debêntures	1.175.664	1.182.748
Total do Não Circulante	3.037.673	2.780.909	Provisão para riscos processuais	104.461	86.072
TOTAL DO ATIVO	3.165.566	3.070.725	Receita Acessória Antecipada	34.178	36.014
			Provisão para manutenção	15.035	17.513
			Total do Não Circulante	1.331.970	1.326.320
			TOTAL DO PASSIVO	1.588.836	1.566.887
			Patrimônio Líquido		
			Capital social	2.451.400	2.306.400
			Prejuízos Acumulados	(874.670)	(802.562)
			Total do Patrimônio Líquido	1.576.730	1.503.838
			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.165.566	3.070.725

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil e constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP”), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+433, Ourinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.

II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.

III. SP-327: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou com duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 três novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregues inicialmente, totalizando nove praças de pedágio em operação. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados

Notas Explicativas

a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

TERMO ADITIVO MODIFICADO

Na data de 17 de agosto de 2022 foi assinado o Termo aditivo modificativo (TAM) coletivo nº 02/2022 ARTESP-PRC-2022/04426 (TAM). O TAM tem por objeto a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em razão da frustração de receita bruta causada pela não aplicação do reajuste das tarifas quilométricas de pedágio referente à variação do respectivo indexador tarifário contratual entre 2021 e 2022 no momento determinado pelo Contrato de Concessão, qual seja: na data de 6 de julho de 2022.

A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em função dos efeitos decorrentes da não aplicação do reajuste das tarifas mencionado acima, dar-se-á mediante emprego de verbas do Tesouro, com pagamentos bimestrais a serem realizados pelo Poder Concedente, nos termos do TAM, nas contas bancárias a serem indicadas pela concessionária.

Os pagamentos foram realizados no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022, até a aplicação efetiva do reajuste tarifário referente ao exercício de 2021-2022 vigente a partir do dia 16 de dezembro de 2022.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“*International Financial Reporting Standards – IFRS*”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board – (“IASB”)” e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de provisão para manutenção nota explicativa nº 17 e debêntures conforme os prazos divulgados na nota explicativa nº 13.

A Companhia reconheceu um prejuízo líquido de R\$ 72.108 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e, nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 128.973 mil.

A administração acredita que o pagamento dos empréstimos ocorrerá conforme planejado e está confiante de que as provisões para manutenções, conforme divulgado na nota explicativa nº 17, serão concluídas durante o exercício de 2023 e que as contraprestações a serem recebidas serão suficientes para cumprir as suas obrigações de pagamento. A administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas Explicativas

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 07 de março de 2023.

2.2. BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3.USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos:

- (i) determinação de provisões para manutenção – nota explicativa nº 17;
- (ii) provisões para riscos processuais – nota explicativa nº 15;
- (iii) elaboração de projeções para teste de redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão e de realização dos ativos fiscais diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, estão relacionadas à probabilidade de eventos futuros – nota explicativa nº 6.b e 10.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

- (i) Julgamentos

Continuidade operacional

Se existem incertezas materiais que podem levantar dúvidas significativas sobre a capacidade da entidade de continuar operando.

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01 e *International Financial Reporting Interpretations Committee* – IFRIC 12, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão.

Notas Explicativas

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Companhia reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 47 e IFRS 15, quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, conforme nota explicativa nº 20.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras, conforme nota explicativa nº 17.

Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Companhia reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 15.

Imposto diferido

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos

Notas Explicativas

ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 6.b.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (e ativos de contrato) são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento (abordagem simplificada). Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

2.5. Estoque

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia.

Notas Explicativas

2.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

2.6.1. Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram apurados impostos correntes em função da Companhia apresentar prejuízo. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.6.2. Impostos diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados

Notas Explicativas

os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

2.7. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável “*impairment*”. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada dos itens, limitada ao prazo de concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.8. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

A Companhia revisa anualmente o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis e avalia se que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Por tratar-se de concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos são agrupados em uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Notas Explicativas

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before taxes* - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Se o montante recuperável do ativo ou UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.9. Intangível

A Companhia quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Companhia poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras.

2.10. Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.11. Credor pela concessão

Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

2.12. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa

Notas Explicativas

antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

2.13. Provisão para manutenção

Decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 9,83% ao ano, em 31 de dezembro de 2022 (Idêntico em 31 de dezembro de 2021). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa WACC definida no contrato de concessão.

2.14. Provisão para riscos processuais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórios e trabalhistas com base na avaliação de probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.15. Debêntures a pagar

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.16. Custos com empréstimos e debêntures

Os custos com empréstimos e debêntures atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial até ficarem disponíveis para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até o momento em que são destinados ao uso.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os demais custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

Notas Explicativas

2.17. Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2022 não há instrumentos classificados como VJORA.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

Notas Explicativas

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; – como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Notas Explicativas

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.18. Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

2.19. Reconhecimento de receita

a) Receitas de serviços

As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R2) – contrato de concessão (IFRIC 12).

A receita relacionada aos serviços de construção ou modernização segundo um contrato de concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Companhia que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção. A

Notas Explicativas

receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de performance, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

2.20. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

2.21. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para perda de crédito esperada), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.22. Informação por segmento

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Companhia, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

2.23. Benefícios aos empregado

A Companhia concede diversos planos de benefícios a empregados, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Notas Explicativas

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade pagava contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definitiva foram descontinuados devido a mudança do controle acionário.

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são reconhecidas como despesas de pessoal a medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

2.24. Arrendamento Mercantil – CPC 06 (R2) / IFRS 16

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Companhia mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Notas Explicativas

A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

2.25. Mudanças nas principais políticas pronunciamentos contábeis

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o aditamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma está sujeita à desenvolvimento futuro, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial.

A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

(b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12);

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023.

(c) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

Notas Explicativas**3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	8.933	4.736
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	36.616	226.532
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>45.550</u>	<u>231.268</u>

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras ficaram indexadas a uma taxa média de 99% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 99% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 24.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	<u>Taxa Média</u>	<u>Indexador</u>	2022	2021
Certificados de Depósitos Bancários Pós- fixado				
Compromissadas com Debêntures (*)	100,00%	CDI	15.742	8.658

(*) As aplicações são efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples e 3ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures.

Mensalmente, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures Simples. Referidos aportes correspondem ao equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do serviço da dívida anual das Debêntures (valor nominal unitário + remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o ano em questão. Em dezembro, o valor constituído, fica disponível para resgate e quitação do pagamento.

Para a 3ª Emissão de Debêntures Simples, são realizados aportes em conta-aplicação cedida fiduciariamente aos Debenturistas. Referidos aportes correspondem ao equivalente a 1/6 (um sexto) do serviço da dívida semestral das Debêntures (valor nominal unitário + remuneração) a título de reserva para pagamento do serviço da dívida das Debêntures para o semestre em questão. Em junho e dezembro, os valores constituídos, ficam disponíveis para resgate e quitação do pagamento.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 24.

Notas Explicativas**5. CONTAS A RECEBER**

	2022	2021
Pedágio eletrônico a receber (*)	33.496	25.449
Vale pedágio	1.292	1.387
Locação de fibra óptica	2.490	687
Outros	5.339	2.154
Total	42.616	29.677
A vencer	42.165	29.677
Vencidos	451	-
Total	42.616	29.677

(*) Serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária..

A Companhia avalia, de forma individualizada, para fins de mensuração da provisão para perdas de crédito esperados, a experiência histórica de perdas por clientes, o segmento, a situação do crédito (atual e vencido) e informações prospectivas (*forward-looking*). A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperados em 31 de dezembro de 2022 e 2021. O prazo de vencimento acordado em contrato é de até 30 dias.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº 24.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTOS DIFERIDOS

a) Tributos a recuperar

	2022	2021
IRRF sobre aplicações financeiras	6.041	4.579
PER/DCOMP	2.838	-
Outros	170	169
Total circulante	9.049	4.748

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

	Ativos/ Passivos		Resultado	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo fiscal - IR	313.628	299.660	13.968	35.857
Base negativa - CS	113.254	108.232	5.022	12.985
Provisão para manutenção	38.137	39.189	(1.052)	(17.243)
Provisão para contingências	11.085	6.688	4.397	1.046
Atualização depósitos judiciais	1.363	866	497	866
Outras diferenças temporárias	3.518	3.126	393	(5.703)
Total do ativo fiscal diferido	480.985	457.761	23.224	27.808
Amortização de direito de concessão	(37.670)	(39.988)	2.318	2.319
Custo de Captação	(7.653)	(8.124)	471	964
Margem de construção	(6.862)	(7.284)	422	422
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.512)	(1.606)	94	92
Total do passivo fiscal diferido	(53.697)	(57.002)	3.305	3.797
Total	427.288	400.759	26.530	31.605

Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

	Ativos/ Passivos				Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Total constituído em resultado	
Prejuízo fiscal - IR	299.660	16.151	(2.201)	13.968	313.628
Base negativa - CS	108.232	5.460	(438)	5.022	113.254
Provisão para manutenção	39.189	21.642	(22.694)	(1.052)	38.137
Provisão para contingências	7.554	4.894	-	4.894	12.448
Outras diferenças temporárias	3.126	813	(420)	393	3.519
Total do ativo fiscal diferido	457.761	48.960	(25.753)	23.224	480.985
Amortização de direito de concessão	(39.988)	2.318	-	2.318	(37.670)
Custo de Captação	(8.124)	471	-	471	(7.653)
Margem de construção	(7.284)	422	-	422	(6.862)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.606)	94	-	94	(1.513)
Total do passivo fiscal diferido	(57.002)	3.305	-	3.305	(53.697)
	400.759	52.265	(25.753)	26.530	427.288

Notas Explicativas

	Ativos/ Passivos				Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021
	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2020	Adições	Baixas	Total constituído em resultado	
Prejuízo fiscal - IR	263.803	35.857	-	35.857	299.660
Base negativa - CS	95.247	12.985	-	12.985	108.232
Provisão para manutenção	56.432	-	(17.243)	(17.243)	39.189
Provisão para contingências	5.642	1.046	-	1.046	6.688
Atualização depósitos judiciais	-	866	-	866	866
Outras diferenças temporárias	8.829	-	(5.703)	(5.703)	3.126
Total do ativo fiscal diferido	429.953	50.754	(22.946)	27.808	457.761
Amortização de direito de concessão	(42.307)	-	2.319	2.319	(39.988)
Custo de Captação	(9.088)	-	964	964	(8.124)
Margem de construção	(7.706)	-	422	422	(7.284)
Margem de construção (Lei nº 12.973)	(1.698)	-	92	92	(1.606)
Total do passivo fiscal diferido	(60.799)	-	3.797	3.797	(57.002)
Total	369.154	50.754	(19.149)	31.605	400.759

Os ativos fiscais diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que a Companhia atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva.

b.1) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

Notas Explicativas

	2022	2021
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(98.638)	(100.002)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social alíquotas vigentes	33.537	34.001
Adições permanentes	(8.008)	(2.396)
Exclusões permanentes	1.001	-
Imposto de renda e contribuição social resultado	26.530	31.605
Impostos diferidos	26.530	31.605
Aliquota efetiva	27%	35%

7. PARTES RELACIONADAS*Controlador e Controlador final*

A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding II, que por sua vez tem como controladora a Infraestrutura Brasil Holding VI e controladora final pelo Pátria III - Fundo de Investimento em Participações.

Transações com partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

2022			2022	
Parte relacionada	Transação (a)	Relação	Passivo	Resultado
			Circulante	Despesa
Eixo SP Concessionária de Rodovias	Compartilhamento de despesas	Coligada	21	(1)
Entrevias Concessionária de Rodovias	Compartilhamento de despesas	Coligada	9	(1)
IBH I Serviços e Participações	Prestação de serviço	Coligada	261	(5.402)
Total			291	(5.404)

Notas Explicativas

2021			2021	
Parte relacionada	Transação (a)	Relação	Passivo	Resultado
			Circulante	Despesa
Eixo SP Concessionária de Rodovias	Compartilhamento de despesas	Coligada	2	(450)
Entrevias Concessionária de Rodovias	Compartilhamento de despesas	Coligada	4	(699)
IBH I Serviços e Participações	Prestação de serviço	Coligada	211	(705)
Total			217	(1.854)

- (a) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Remuneração dos Administradores

Em 18 de abril de 2022, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$ 7.500 (R\$ 6.000 em 31 de dezembro de 2021).

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício:

Composição	2022	2021
Pró-labore	2.488	2.276
Bônus variáveis	2.017	2.620
Encargos	859	929
Outros benefícios	119	98
Total	5.483	5.923

8. ESTOQUE

Composição	2022	2021
Material para Pavimentação	2.615	60
Elementos de Proteção e Segurança	1.900	972
Material de Sinalização	4.053	4.127
Outros	482	159
Total	9.050	5.318

Notas Explicativas**9. IMOBILIZADO**

	Vida útil média em anos	2021	Adições	Baixas	2022
Custo					
Instalações	25	167	83	-	249
Máquinas e equipamentos	6	16.310	3.419	25	19.756
Móveis e utensílios	6	4.353	366	-	4.719
Veículos	5	26.334	3.760	(933)	29.161
Equipamentos de informática	7	45.603	3.121	(1.525)	47.198
Ferramentas e aparelhos	0	474	1.669	(1)	2.142
		<u>93.241</u>	<u>12.418</u>	<u>(2.434)</u>	<u>103.226</u>
Depreciação acumulada					
Instalações		(65)	(10)	-	(75)
Máquinas e equipamentos		(6.684)	(1.111)	5	(7.790)
Móveis e utensílios		(3.952)	(116)	-	(4.068)
Veículos		(5.408)	(6.197)	543	(11.062)
Equipamentos de informática		(40.560)	(1.769)	1.301	(41.028)
Ferramentas e aparelhos		(331)	(149)	-	(480)
		<u>(57.000)</u>	<u>(9.352)</u>	<u>1.849</u>	<u>(64.503)</u>
Imobilizado líquido		<u>36.241</u>	<u>3.066</u>	<u>(585)</u>	<u>38.722</u>

	Vida útil média em anos	2020	Adições	Baixas	Transferência	2021
Custo						
Instalações	25	167	-	-	-	167
Máquinas e equipamentos	6	7.337	8.563	-	410	16.310
Móveis e utensílios	6	4.251	102	-	-	4.353
Veículos	5	4.089	22.390	(145)	-	26.334
Equipamentos de informática	7	43.569	2.151	(117)	-	45.603
Ferramentas e aparelhos	9	331	143	-	-	474
		<u>59.744</u>	<u>33.349</u>	<u>(262)</u>	<u>410</u>	<u>93.241</u>
Depreciação acumulada						
Instalações		(58)	(7)	-	-	(65)
Máquinas e equipamentos		(6.285)	(399)	-	-	(6.684)
Móveis e utensílios		(3.883)	(69)	-	-	(3.952)
Veículos		(3.472)	(1.983)	47	-	(5.408)
Equipamentos de informática		(39.550)	(1.010)	-	-	(40.560)
Ferramentas e aparelhos		(326)	(5)	-	-	(331)
		<u>(53.574)</u>	<u>(3.473)</u>	<u>47</u>	<u>-</u>	<u>(57.000)</u>
Imobilizado líquido		<u>6.170</u>	<u>29.876</u>	<u>(215)</u>	<u>410</u>	<u>36.241</u>

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais e nos contratos de debêntures.

Notas Explicativas**10. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO**

	Vida útil em anos	2021	Adições	Baixas	Transferências	2022
Custo						
Software	5	12.643	1.117	-	-	13.760
Marcas e patentes	10	20	-	-	-	20
Direito de concessão	(**)	2.588.443	234.268	(1.479)	158.381	2.979.613
Outorga fixa	(**)	634.000	-	-	-	634.000
Direito de uso - IFRS 16		6.597	1.626	-	-	8.223
		<u>3.241.703</u>	<u>237.011</u>	<u>(1.479)</u>	<u>158.381</u>	<u>3.635.616</u>
Amortização						
Software		(11.096)	(300)	-	-	(11.396)
Marcas e patentes		(20)	-	-	-	(20)
Direito de concessão		(711.251)	(142.879)	1.478	-	(852.652)
Outorga fixa		(269.765)	(21.133)	-	-	(290.899)
Direito de uso - IFRS 16		(769)	(2.646)	-	-	(3.415)
Amortização acumulada		<u>(992.901)</u>	<u>(166.958)</u>	<u>1.478</u>	<u>-</u>	<u>(1.158.382)</u>
Saldo intangível líquido		<u>2.248.802</u>	<u>70.051</u>	<u>(1)</u>	<u>158.381</u>	<u>2.477.233</u>
Infraestrutura em construção (***)		78.049	159.348	-	(158.681)	78.716

	Vida útil em anos	2020	Adições	Baixas	Transferência (*)	2021
Custo						
Software	5	12.426	217	-	-	12.643
Marcas e patentes	10	20	-	-	-	20
Direito de concessão	(**)	2.354.060	131.984	(328)	102.728	2.588.443
Outorga fixa	(**)	634.000	-	-	-	634.000
Direito de uso - IFRS 16		-	6.597	-	-	6.597
Custo acumulado		<u>3.000.506</u>	<u>138.798</u>	<u>(328)</u>	<u>102.728</u>	<u>3.241.703</u>
Amortização						
Software		(10.525)	(571)	-	-	(11.096)
Marcas e patentes		(20)	-	-	-	(20)
Direito de concessão		(604.854)	(106.420)	23	-	(711.251)
Outorga fixa		(248.632)	(21.133)	-	-	(269.765)
Direito de uso - IFRS 16		-	(769)	-	-	(769)
Amortização acumulada		<u>(864.031)</u>	<u>(128.893)</u>	<u>23</u>	<u>-</u>	<u>(992.901)</u>
Saldo intangível líquido		<u>2.136.475</u>	<u>9.905</u>	<u>(305)</u>	<u>102.728</u>	<u>2.248.802</u>
Infraestrutura em construção (***)		166.995	14.192	-	(103.138)	78.049

(*) O saldo refere-se a itens transferidos de infraestrutura em construção para o intangível e imobilizado para melhor classificação contábil.

(**) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 16 de março de 2039, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. O direito de outorga fixa refere-se ao direito de

Notas Explicativas

exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

(***) Refere-se a obras e serviços de construção em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Companhia é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua a análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, utilizando o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os cálculos do valor em uso e suas premissas subjacentes são preparadas para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais, bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em reais, considerando efeitos inflacionários: 5,0% em 2023, 4,2% de 2024 e 3,6% até o final da projeção.

A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e dos custos dos recursos externos.

A Companhia não possui ativos dados em garantia em processos judiciais.

11. FORNECEDORES

	2022	2021
Fornecedores nacionais	43.512	25.783
Fornecedores provisão	7.827	20.268
Total	<u>51.339</u>	<u>46.051</u>

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa nº 24.

12. TRIBUTOS A RECOLHER

	2022	2021
PIS e COFINS	2.234	1.930
ISS	3.908	2.756
IRRF e CSRF	108	184
INSS sobre terceiros	336	204
Total circulante	<u>6.586</u>	<u>5.074</u>

Notas Explicativas

13. DEBÊNTURES

	2021	Custo de captação amortizado	Pagamento			Provisão juros	Variação monetária	Transferências	2022
			Principal	Atualização Monetária	Juros				
Passivo circulante									
Debêntures	77.830	-	(45.051)	(32.254)	(102.460)	91.951	6.724	84.494	81.233
Custos a amortizar	(7.752)	7.795	-	-	-	-	-	(7.860)	(7.817)
Total	70.078	7.795	(45.051)	(32.254)	(102.460)	91.951	6.724	76.633	73.415
Passivo não circulante									
Debêntures	1.265.072	-	-	-	-	-	70.436	(84.494)	1.251.015
Custos a amortizar	(82.324)	(888)	-	-	-	-	-	7.860	(75.352)
Total	1.182.748	(888)	-	-	-	-	70.436	(76.633)	1.175.664
Total geral	1.252.826	6.907	(45.051)	(32.254)	(102.460)	91.951	77.160	-	1.249.079
Circulante	70.078								73.415
Não circulante	1.182.748								1.175.664

	2020	Captação	Custo de captação amortizado	Pagamento		Arrolagem da dívida	Provisão juros	Variação monetária	Transferências	2021
				Principal	Juros					
Passivo circulante										
Debêntures	135.277	2.625	-	(500.112)	(57.521)	(338.580)	67.953	10.456	757.732	77.830
Custos a amortizar	(8.067)	-	7.792	-	-	-	-	-	(7.477)	(7.752)
Total	127.210	2.625	7.792	(500.112)	(57.521)	(338.580)	67.953	10.456	750.255	70.078
Passivo não circulante										
Debêntures	875.925	1.047.375	-	-	-	-	-	99.504	(757.732)	1.265.072
Custos a amortizar	(18.663)	-	(71.138)	-	-	-	-	-	7.477	(82.324)
Total	857.262	1.047.375	(71.138)	-	-	-	-	99.504	(750.255)	1.182.748
Total geral	984.472	1.050.000	(63.346)	(500.112)	(57.521)	(338.580)	67.953	109.960	-	1.252.826
Circulante	127.210									70.078
Não circulante	857.262									1.182.748

Notas Explicativas

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Venciment o</u>	<u>2022</u>
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	161.423
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	36.713
Debenturistas - Série 3	IPCA	6,85% a.a.	15/12/2035	1.134.112
(-) Custos de transação - Debêntures				(83.169)
Total				<u>1.249.079</u>
Parcelas do circulante				73.415
Parcelas do não circulante				1.175.664
<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Venciment o</u>	<u>2021</u>
Debenturistas – Série 1	IPCA	5,80% a.a.	15/12/2024	208.051
Debenturistas – Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	47.318
Debenturistas – Série 3	IPCA	6,85% a.a.	15/12/2035	1.087.533
(-) Custos de transação – Debêntures				(90.076)
Total				<u>1.252.826</u>
Parcelas do circulante				70.078
Parcelas do não circulante				1.182.748
<u>Vencimento longo prazo</u>				
2024				105.901
2025				61.697
2026				29.324
2027				113.152
2028 em diante				865.592
Total longo prazo				<u>1.175.664</u>

Debêntures – 1ª e 2ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série foram emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures tem o prazo de vencimento de 12 anos, com vencimento em 15 de dezembro de 2024 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$ 59.008 estão sendo

Notas Explicativas

apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 3.355 (R\$ 5.033 em 31 de dezembro de 2021).

As debêntures emitidas possuem, como uma das suas hipóteses de vencimento antecipado, a obrigação de manutenção da classificação de risco igual ou superior a “A-“, ou equivalente, por ao menos uma Agência de Classificação de Risco contratada pela CART.

Debêntures – 3ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de setembro de 2021, foi aprovada a realização da terceira emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09.

Foram emitidas 105.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10,00, totalizando R\$1.050.000. A emissão se deu em série única.

As debêntures tem o prazo de vencimento de 170 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a determinado percentual ao ano, a ser apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, e, em todo caso, limitado à maior taxa entre: (a) 5,65% (cinco inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano; (b) taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com juros semestrais 2035, com vencimento em 15 de maio de 2035, conforme apurado no dia útil imediatamente anterior à data de realização de Procedimento *Bookbuilding*, acrescida exponencialmente de um spread equivalente a 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimo por cento) ao ano.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$ 86.381 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 79.908 (R\$ 85.033 em 31 de dezembro de 2021).

As debêntures emitidas possuem como obrigação a contratação de pelo menos uma agência de classificação de risco (*rating*), devendo, ainda, fazer com que a agência de classificação de risco atualize a respectiva classificação de risco das debêntures anualmente, a partir da data do primeiro relatório de classificação de risco, até o vencimento das debêntures.

Cláusulas restritivas

Conforme previsto no contrato das debêntures os *covenants* financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de cada ano.

Os índices financeiros são:

Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).

ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = (1) EBITDA ajustado/(amortizações + (2) juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): $\geq 1,2$.

Notas Explicativas

(1) EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSLL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total – financiamentos – aporte de capital).

(2) Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

14. CREDOR PELA CONCESSÃO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários;
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes;
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

Outorga fixa

Valor fixo de R\$634.000, conforme Nota explicativa nº 10, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

Outorga variável

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2018. A partir de janeiro de 2019, o percentual de 3% será aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.667 (R\$ 1.377 em 31 de dezembro de 2021).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 15.620 (R\$ 14.021 comparado ao mesmo período do ano anterior) referente à outorga variável.

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

Notas Explicativas

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$ 42.812. Vigência mínima de 12 meses.
2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$ 165.449. Vigência de 12 meses.

15. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

Composição do risco:

Natureza do risco	2022		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	10.255	9.945	20.199
Cíveis	19.123	33.355	52.477
Tributária	-	1.000	1.000
Procedimentos Arbitrais (*)	74.727	39.290	114.017
Ambiental	356	7.171	7.527
Total	104.461	90.761	195.220
Natureza do risco	2021		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	12.427	17.287	29.714
Cíveis	6.983	25.211	32.194
Tributária	-	906	906
Procedimentos Arbitrais (*)	66.401	34.378	100.779
Ambiental	261	6.090	6.351
Total	86.072	83.872	169.944

(*) As provisões de processos arbitrais compostos pela notificação recebida pela CART em 24 de fevereiro de 2017 tendo como Requerente a OAS (Mertha S.A) são atualizados mensalmente via IGP-M acumulado do mês.

Notas Explicativas

Movimentação dos riscos prováveis:

Natureza do risco	2021	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização Monetária	2022
Trabalhistas	12.427	2.145	(6.869)	2.552	10.255
Cíveis e ambientais	7.244	19.316	(12.764)	5.682	19.479
Procedimentos Arbitrais	66.401	-	-	8.326	74.727
Total	86.072	21.461	(19.633)	16.560	104.461

Natureza do risco	2020	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização Monetária	2021
Trabalhistas	9.210	5.908	(7.000)	4.309	12.427
Cíveis e ambientais	7.384	5.669	(8.802)	2.993	7.244
Procedimentos Arbitrais	66.260	-	-	141	66.401
Total	82.854	11.577	(15.802)	7.443	86.072

a) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

b) Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por usuários, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

c) Procedimento Arbitral

Em 24 de fevereiro de 2017, a CART recebeu Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerente a Metha S.A., com valor provisório atribuído de R\$ 450.000, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis firmado pelas partes. A CART não concorda com os pedidos apresentados pela Metha S.A., e por outro lado, entende que Metha S.A. deixou de cumprir com obrigações do contrato de execução de obras civis.

Foi apresentada defesa por parte da Companhia, juntamente com seus contra pleitos, os quais perfazem, no seu entendimento, o valor provisório de R\$ 350.000.

Houve, ao longo do tempo, a devida instrução do procedimento arbitral através da apresentação de laudos e realização de perícias para a comprovação das teses apresentadas pela Companhia, tendo sido determinada a data de 26 de janeiro de 2021 para a prolação da decisão arbitral. Em razão de ordem judicial de penhora recebida nos autos da arbitragem, oriunda de processo promovido por terceiro alheio à relação entre a Companhia e a Metha, houve a concessão de prazo, pela câmara arbitral, para ambas as partes se manifestarem a seu respeito, tendo a Companhia impugnado tal decisão por entender que tal penhora é ilegal.

Notas Explicativas

A câmara arbitral decidiu pela improcedência do pedido de penhora, dando seguimento a avaliação dos pleitos apresentados pelas partes, resultando na prolação de sentença arbitral parcial em 29 de março de 2021.

Após a referida sentença, as partes apresentaram suas manifestações com pedidos de reconsideração, as quais foram indeferidas. Com tais indeferimentos, deu-se início a fase de liquidação da sentença arbitral parcial, com a apresentação, pelas partes, de seus cálculos liquidatórios, os quais encontram-se em fase de discussão.

A Administração da CART, consubstanciada na opinião de seus assessores externos, avaliou o prognóstico de êxito para os pleitos da Metha de R\$ 74.727 como provável, sendo o montante provisionado, apurado com apoio dos assistentes técnicos de Engenharia, os quais quantificaram e valorizaram as respectivas causas prováveis de perda. A provisão foi reconhecida como direito de concessão, R\$ 39.290 como possível e R\$ 73.514, como remoto. Considerando que a referida sentença ainda é parcial, os montantes envolvidos e as avaliações de prognóstico são as melhores estimativas existentes no momento, permanecendo na mesma ordem em 31 de dezembro de 2022.

d) Depósitos Judiciais

Natureza Dep. Judiciais	2022	2021
Trabalhistas	1.875	3.398
Cíveis	9.408	8.884
Tributária	889	849
Ambiental	34	32
Regulatório	3.498	3.886
Total	15.705	17.049

Depósitos Trabalhistas – Recurso Ordinário / Recurso de Revista

Tratam-se de recursos jurídicos destinados à busca de decisão favorável, revertendo a decisão anterior (sentença ou acórdão).

Para ser interpostos, estes Recursos necessitam de Depósitos Judiciais para garantir parte do valor arbitrado (estipulado) na condenação, garantindo assim parte da futura execução.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R\$ 1.875 (em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$ 3.398).

Depósitos Cíveis – garantia

Os depósitos efetuados nos processos cíveis são destinados a garantir, desde logo, os valores que julgamos devidos no processo. Em geral, são efetuados os depósitos para, quando a Companhia entra com uma ação, ou mesmo em defesa, se evite o acréscimo de correção monetária e juros de mora.

Em 31 de dezembro de 2022 o montante é de R\$ 9.408 (em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$ 8.884).

Além dos depósitos destacados acima a Companhia possui em 31 de dezembro de 2022 depósitos de natureza tributária no montante de R\$ 889 (em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$ 849),

Notas Explicativas

ambiental no montante de R\$ 34 (em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$ 32) e regulatória no montante de R\$ 3.498 (em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$ 3.886).

16. RECEITAS ACESSÓRIAS ANTECIPADAS

As receitas acessórias antecipadas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

Receitas antecipadas	2022	2021
Circulante	11.261	8.647
Não circulante	34.178	36.014
Total receita diferida	<u>45.439</u>	<u>44.662</u>

17. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

A Companhia constitu provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço para recomposição da infraestrutura aos níveis exigidos pelo poder concedente.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2022 são:

Provisão para Manutenção	2021	Adições	AVP (*)	Consumo	Transferências	2022
Passivo circulante	97.759	74.067	-	(98.785)	24.105	97.146
Passivo não circulante	17.513	30.373	(8.747)	-	(24.105)	15.035
Total	<u>115.272</u>	<u>104.440</u>	<u>(8.747)</u>	<u>(98.785)</u>	<u>-</u>	<u>112.181</u>

Provisão para manutenção	2020	Adições	AVP (*)	Consumo	Transferências (**)	2021
Passivo circulante	-	-	-	(79.130)	176.889	97.759
Passivo não circulante	165.977	35.126	(6.701)	-	(176.889)	17.513
Total	<u>165.977</u>	<u>35.126</u>	<u>(6.701)</u>	<u>(79.130)</u>	<u>-</u>	<u>115.272</u>

(*) Trata-se do ajuste a valor presente.

(**) Em junho de 2021, a Companhia reclassificou a obrigação reconhecida no passivo não circulante para o passivo circulante. Essa reclassificação está consubstanciada na aprovação dos projetos de Conservação Especial do Pavimento junto a agência reguladora, as quais ocorreram no 2º trimestre de 2021. Diante destas aprovações, tais valores foram submetidos e aprovados pela Administração da Companhia para o orçamento 2021/22.

Notas Explicativas**18. PASSIVO DE ARRENDAMENTO**

a) Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento	2022	2021
Saldo inicial	6.457	-
Adições	1.626	6.597
Juros provisionados	607	244
Pagamento de juros	(607)	(244)
Pagamento de principal	(2.337)	(140)
Total	5.746	6.457
Passivo circulante	3.113	2.484
Passivo não circulante	2.633	3.973

Para os contratos reconhecidos no ano de 2022, aplicou-se a taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Por meio desta metodologia, a Companhia obteve uma taxa média ponderada de 10,32% a.a. (idêntico em 2021).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDOa) **Capital social**

Em 31 de dezembro de 2022 o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.451.400 (R\$ 2.306.400 em 31 de dezembro de 2021), representados por 12.602.598.575 ações (11.457.259.323 ações em 31 de dezembro de 2021), sendo 6.301.299.488 ações preferenciais e 6.301.299.487 ações ordinárias (5.728.629.661 ações preferenciais e 5.728.629.662 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2021), integralmente subscritas pela Infraestrutura Brasil Holding II S.A.

As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

Em 21 de outubro de 2021, foi deliberado e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia o aumento de capital no valor de R\$ 85.700 em espécie, mediante a emissão de 241.953.699 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 241.953.698 novas ações preferenciais.

b) **Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC**

No 2º trimestre de 2022, ocorreu aporte de R\$ 145.000 através de adiantamento para futuro aumento de capital em 18 de maio de 2022 e no dia 29 de junho de 2022. No dia 13 de julho de 2022 foi aprovado em ata de conselho de administração a conversão dos R\$ 145.000 para aporte de capital na Companhia.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC realizados até 2020 foram 100% integralizados ao capital social da empresa em 2021, vide tabela abaixo:

Notas Explicativas

Data Integralização	Valor
15/02/2021	167.000
19/10/2021	493.200
Total Integralizado	660.200

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A terceira emissão de debêntures não conversíveis tem em sua escritura como evento que constitui situação de inadimplemento acarretando vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das debêntures, a proibição em realizar qualquer pagamento aos acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, no período compreendido entre a data de emissão e 15 de dezembro de 2035.

20. RECEITAS

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 31 de dezembro de 2022 e 2021 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	2022	2021
Receita de pedágio	555.113	456.844
Receitas acessórias	21.290	17.993
Impostos	(49.621)	(40.864)
Receita líquida de serviços	526.782	433.973
Receita de construção (a)	392.137	145.438
Receita total	918.919	579.411

(a) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento, pois não foi faturado foi reconhecido a construção de acordo com ICPC01/ IFRIC 12.

	2022	2021
Base de cálculo de impostos		
Receitas com serviços	576.403	474.837
Deduções		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	17.292	14.245
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	3.747	3.086
Imposto Sobre Serviços - ISS (2% a 5%)	28.582	23.533
Deduções da receita	49.621	40.864

Notas Explicativas**21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

	2022	2021
Pessoal	(65.705)	(48.992)
Conservação e manutenção	(22.053)	(35.218)
Despesas administrativas	(52.626)	(29.097)
Operacionais	(38.485)	(33.654)
Outorga variável	(17.287)	(14.241)
Custo de construção de obra	(329.137)	(145.438)
Provisão de manutenção	(104.440)	(35.126)
Depreciação e amortização	(176.612)	(132.343)
Sinistros	1.150	386
Receita com venda de sucata	177	104
Receita na venda de imobilizado	13.188	
Receita com recuperação de impostos*	4.791	-
	<u>(860.039)</u>	<u>(473.619)</u>
Custo de serviços prestados	(794.431)	(422.074)
Despesas gerais e administrativas	(74.913)	(52.035)
Outras receitas operacionais	9.305	490
	<u>(860.039)</u>	<u>(473.619)</u>

(*) Refere-se a receita com recuperação de impostos de restituição de valores de PIS/PASEP e COFINS.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	18.999	15.411
Outros	1.373	790
Total receitas financeiras	<u>20.372</u>	<u>16.201</u>
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	777	(686)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(26.897)
Variação monetária passiva	(76.961)	(117.548)
Juros sobre debêntures	(91.951)	(67.953)
Outros	(9.756)	(8.821)
Total despesas financeiras	<u>(177.891)</u>	<u>(221.995)</u>
Total resultado financeiro	<u>(157.519)</u>	<u>(205.794)</u>

23. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

Notas Explicativas

	2022	2021
Numerador básico		
Resultado do exercício	(72.108)	(68.397)
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares)	12.039.369	8.256.556
Resultado básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	(0,006)	(0,008)

A Companhia não possui instrumentos diluidores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não havendo diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS

A Companhia administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

a) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração com base no Gerenciamento de Risco.

b) Exposição a riscos cambiais

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

Na data base 31 de dezembro 2022 e 2021, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e debêntures circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de debêntures a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Notas Explicativas

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações financeiras para o exercício de 2022, conforme quadro a seguir:

Instrumentos financeiros	2022		2021		Nível	Nível
	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Custo amortizado	Outros passivos financeiros		
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	45.550	-	231.268	-		
Aplicações financeiras	15.742	-	8.658	-		
Depósitos judiciais	15.705	-	17.049	-		
Contas a receber	42.616	-	29.677	-		
Outros	9	-	9	-		
Total do ativo	119.622	-	286.661	-		
Passivos						
Fornecedores	-	51.339	-	46.051		
Partes relacionadas	-	291	-	217		
Debêntures	-	1.249.079	-	1.252.826		
Concessão de serviço público	-	1.667	-	1.377		
Passivo de arrendamento	-	5.746	-	6.457		
Outros	-	382	-	566		
Total do passivo	-	1.308.505	-	1.307.494		

Nos termos da Resolução CVM nº 2 de 17 de junho de 2019, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.
- Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo

Notas Explicativas

na data do balanço patrimonial.

Os valores justos das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas informações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (IPCA), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos, conforme demonstrados nas notas explicativas, correspondentes nº 13.

c) Exposição a riscos de créditos

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágios se dão de forma bem distribuída durante todos o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças, que são administradoras renomadas. Para os casos das receitas acessórias a Companhia interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta valores a receber de R\$ 42.616 (R\$ 29.677 em 31 de dezembro de 2021), sendo 78,6% deste total, valores a receber das Operadoras de Serviços de Arrecadação – “OSAs”, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágios. Desta forma, a administração da Companhia caracteriza como remoto o risco de crédito oriundo destes valores a receber.

Notas Explicativas

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, títulos e aplicações financeiras vinculadas e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3 e nº 4, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha.

d) Operação de derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o exercício.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e debêntures.

Dando sequência ao seu plano para fortalecer a estrutura de capital, que foi submetido e aprovado por seus debenturistas em assembleia realizada em 07 de junho de 2021 uma nova emissão de debêntures no valor de R\$ 1.050.000 (nota explicativa nº 13) e também recebeu recursos do seu controlador por aumento de capital social de R\$ 85.700. No ano de 2022 a controladora realizou aportes de capital de R\$ 145.000.

Os recursos levantados foram utilizados para pagar sua dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – que somava R\$ 283.056 em outubro de 2021, além de recomprar R\$ 838.553 de sua 2ª emissão, após 73,57% desses debenturistas aderirem à oferta de aquisição facultativa lançada em 23 de setembro, com um prêmio de 3,2% à 1ª série e de 5,4% à 2ª série. Como a 3ª emissão de debêntures, cujo vencimento se dará em dezembro de 2035, e considerando os R\$ 304.068 da 2ª emissão que permaneceram e vencerão em 2024, o prazo médio de vencimento das dívidas da CART saltou para cerca de nove anos.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras:

31 de dezembro de 2022	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Acima de 1 a 5 anos
Debêntures	1.249.079	1.848.637	184.864	1.663.773
Fornecedores	51.339	51.339	51.339	-
Partes relacionadas	291	291	291	-
Credor pela concessão	1.667	1.667	1.667	-
Passivo de arrendamento	5.746	8.699	3.133	5.566
31 de dezembro de 2021	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Acima de 1 a 5 anos
Debêntures	1.252.826	1.863.826	179.705	1.684.121
Fornecedores	46.051	46.051	46.051	-
Partes relacionadas	217	217	217	-
Credor pela concessão	1.377	1.377	1.377	-
Passivo de arrendamento	6.457	9.465	2.868	6.597

f) Análise de sensibilidade

Notas Explicativas

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a Companhia determinou adequado a apresentação de dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros risco redução	Cenário provável	Valorização		Desvalorização	
		25%	50%	25%	50%
DI Ativo (% ao ano)	13,65%	17,06%	20,48%	10,24%	6,83%
DI Passivo (% ao ano)	13,65%	17,06%	20,48%	10,24%	6,83%
IPCA Passivo (% ao ano)	5,79%	7,24%	8,69%	4,34%	2,90%

Os indicadores utilizados para 2022 foram obtidos das projeções do BACEN no boletim Focus de 31/12/2022.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2022, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Notas Explicativas

<i>Instrumentos</i>	<i>Consolidado Exposição em 31/12/2022</i>	<i>Risco</i>	<i>Cenário provável</i>		<i>Valorização (R\$)</i>		<i>Desvalorização (R\$)</i>	
			<i>(Nível 1)</i>		<i>(Nível 2)</i>	<i>(Nível 3)</i>	<i>(Nível 2)</i>	<i>(Nível 3)</i>
			<i>%</i>	<i>Valor</i>	<i>25%</i>	<i>50%</i>	<i>25%</i>	<i>50%</i>
<i>Ativos e passivos financeiros</i>								
Caixas e equivalentes de caixa	45.550	CDI	13,65%	6.218	7.772	9.326	4.663	3.109
Aplicações financeiras vinculadas	15.742	CDI	13,65%	2.149	2.686	3.223	1.612	1.074
Debêntures (*)	(1.249.079)	IPCA	7,17%	(72.322)	(90.402)	(108.483)	(54.241)	(36.161)
Total	(1.187.787)			(63.955)	(79.944)	(95.933)	(47.966)	(31.978)
<i>Impacto no resultado e patrimônio líquido</i>					(15.989)	(31.978)	15.989	31.978

(*) Inclui custos de transação a amortizar.

Notas Explicativas

O montante equivalente a 100% das debêntures da Companhia estão sujeitas à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros do IPCA e aplicação financeira sujeita ao CDI.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

g) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

25. SEGUROS E GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência	Seguradora	Objeto
Garantia ampliações	42.812	16/06/2023	Pottencial	(a)
Garantia funções operacionais	165.449	16/06/2023	Pottencial	(b)
Responsabilidade civil	45.640	06/07/2023	AXA/HDITokio	(c)
Riscos operacionais	163.000	06/07/2023	Tokio	(d)
D & O	30.000	20/07/2023	Austral	
Auto Frota	Tabela FIPE	07/07/2023	Sura	
Fiança Locatícia	90	03/01/2027	Pottencial	
Fiança Locatícia - Galpão Ourinhos	113	30/10/2024	Pottencial	
Fiança Locatícia - Galpão	139	01/01/2025	Pottencial	
Garantia judicial execução fiscal	891	até 2024	Pottencial	
Garantia judicial execução fiscal	6.232	até 2025	Pottencial	
Garantia judicial execução fiscal	2.035	até 2026	Pottencial	
Garantia judicial execução fiscal	34.183	até 2027	Pottencial	

a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.

Notas Explicativas

c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16, integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.

d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

26. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

Durante o período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2022, conforme mencionado nas notas explicativas nº 9 e 10, foram adquiridos ativos imobilizados e intangível ao custo total de R\$ 12.418 e R\$ 394.733 a seguinte forma:

a) Imobilizado

	2022	2021
Custo com aquisição imobilizado	(12.418)	(33.349)
Saldo de fornecedor no fim do exercício	5.297	1.928
	<u>(7.121)</u>	<u>(31.421)</u>

b) Intangível

Custo com aquisição intangível	(394.733)	(145.983)
Saldo de fornecedor no fim do exercício	38.577	15.748
	<u>(356.156)</u>	<u>(130.235)</u>

c) Empréstimos e financiamentos e debêntures

	2021
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(382.252)
Pagamento de debêntures	(500.112)
Custo de transação	<u>(71.138)</u>
	<u>(953.502)</u>

René Silva
Presidente

Gilson Carvalho
Diretor Financeiro/RI

Notas Explicativas

Daniel Lavorini
Contador
CRC 1SP241985/O-5

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.
Bauru – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Veja a Nota explicativa nº 2.3, 2.8 e 10 das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria:

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui reconhecido, nas suas demonstrações financeiras, ativos não financeiros relacionados à concessão no valor de R\$ 2.555.949 mil, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios. Para a realização do teste de redução ao valor recuperável dos ativos, foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras.

A elaboração dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente envolvem o uso de premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão, (v) taxa de desconto calculada com base na metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI). Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor recuperável dos ativos que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras.

Como auditoria endereçou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho dos controles internos chave;

- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (corporate finance):

(i) se a estimativa utilizada foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas;

(ii) se as premissas utilizadas estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e/ou se são condizentes com o orçamento aprovado pela Companhia e se os argumentos apresentados são razoáveis;

(iii) se as premissas macroeconômicas utilizadas são condizentes com a data de elaboração e são provenientes de fontes confiáveis;

(iv) se os cálculos matemáticos estão adequados e não apresentam qualquer erro que possa impactar as conclusões;

(v) confirmação dos dados técnicos com a Administração.

- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas utilizadas para estimar o valor recuperável dos ativos, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Realização dos ativos fiscais diferidos

Veja a Nota explicativa nº 2.3, 2.6 e 6.b das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria Como auditoria endereçou esse assunto

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui reconhecido, nas suas demonstrações financeiras, ativos fiscais diferidos no valor de R\$ 427.288 mil.

Os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser utilizados.

As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentadas em um estudo técnico preparado pela administração da Companhia e envolve certas premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); (iv) período projetivo da concessão.

Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho dos controles internos chave;

- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (corporate finance):

(i) se a estimativa utilizada foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas;

(ii) se as premissas utilizadas estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e/ou se são condizentes com o orçamento aprovado pela Companhia e se os argumentos apresentados são razoáveis;

(iii) se as premissas macroeconômicas utilizadas são condizentes com a data de elaboração e são provenientes de fontes confiáveis;

(iv) se os cálculos matemáticos estão adequados e não apresentam qualquer erro que possa impactar as conclusões;

(v) confirmação dos dados técnicos com a Administração.

- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de ativos fiscais diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas

evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 07 de Março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/F

Marcos Roberto Bassi
Contador CRC 1SP217348/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras: Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da CART declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações contábeis relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2022.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes: Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da CART declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão da KPMG Auditores Independentes, referente às demonstrações contábeis relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2022.